



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004091-14.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Patrícia Olegário Cardoso de Castro**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Patrícia Olegário Cardoso de Castro move ação contra Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A, pedindo indenização referente à cobertura de invalidez permanente do seguro obrigatório relacionada a acidente ocorrido em 25.08.2015.

O feito foi contestado e houve réplica.

O processo foi saneado, fls. 63/65.

A prova pericial restou prejudicada ante o não comparecimento da autora para o exame, conforme fls. 114.

A autora desistiu da ação, fls. 120, com o que não concordou o réu, fls. 124.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Deixo de homologar a desistência da ação pois foi oferecida após a contestação, e a parte ré não concordou com o requerimento.

No mérito, improcede a ação.

Com efeito, embora intimada pessoalmente para tanto, fls. 113, a autora não compareceu para ser submetida ao exame pericial, conforme fls. 114, de maneira que se reputa



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

preclusa a possibilidade de realização da referida prova.

Sem a prova pericial, não vieram elementos probatórios indicando a ocorrência dos fatos constitutivos do direito alegado na inicial, impondo-se a improcedência da ação.

Ante o exposto, julgo improcedente a ação e condeno a autora nas custas, despesas e honorários, arbitrados estes em 10% sobre o valor atualizado da causa, observada a Gratuidade da Justiça.

P.I.

São Carlos, 31 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**